



PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM SERGIPE, BAHIA E PARAÍBA: expansão, desafios e perspectivas

Vera Núbia Santos¹
Nelmires Ferreira da Silva²
Albany Mendonça Silva³
Maria Elizabeth Santana Borges⁴
Adriana Freire Pereira Ferriz⁵
Alessandra Ximenes da Silva⁶

Resumo

O texto parte da trajetória de Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social na Região Nordeste e evidencia conquistas e desafios da sua consolidação em um cenário de contrarreforma da educação superior, na direção do fortalecimento da formação pós-graduada na área. Busca compreender o processo de expansão a partir das experiências de Sergipe, da Bahia e da Paraíba nos Programas de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, da Universidade Federal de Bahia e da Universidade Estadual da Paraíba e do Programa de Política Social e Territórios, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Trata-se de uma estratégia de articulação institucional na região na perspectiva do enfrentamento de uma conjuntura neoliberal marcada pelo contingenciamento de recursos públicos para as universidades federais, o que implica na necessidade de lutar contra a precarização da formação.

Palavras-chave: Pós-Graduação em Serviço Social; região Nordeste; desafios e perspectivas

POSTGRADUATE STUDIES IN SOCIAL WORK IN SERGIPE, BAHIA AND PARAÍBA: expansion, challenges and prospects

Abstract

The text examines the development of postgraduate programmes in Social Work in the Northeast region and highlights the achievements and challenges involved in their consolidation against a backdrop of counter-reform in higher education, with a view to strengthening postgraduate education in this field. It seeks to understand the process of expansion based on the experiences of Sergipe, Bahia and Paraíba within the Social Work programmes at the Federal University of Sergipe, the Federal University of Bahia and the State University of Paraíba, and the Social Policy and Territories programme at the Federal University of Recôncavo da Bahia. This is a strategy for institutional coordination in the region, aimed at tackling a neoliberal context characterised by cuts to public funding for federal universities, which means we must fight against the deterioration of educational standards.

Keywords: Postgraduate Programs in Social Work; Northeast region; challenges and prospects.

Artigo recebido em: 09/04/2026 Aprovado em: 10/09/2026
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30nEPe30366>

¹ Assistente social. Doutora em Serviço Social (PUC/SP). Docente da Universidade Federal de Sergipe. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9040-7140>. E-mail: venus_se@uol.com.br

² Assistente social. Doutora em Serviço Social (UFPE). Docente da Universidade Federal de Sergipe. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0916-9609>. E-mail: fnelmires@gmail.com

³ Assistente social. Doutora em Serviço Social (UFRJ). Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3289-2894>. E-mail: albanyms@gmail.com

⁴ Assistente social. Doutora em Serviço Social (UERJ). Docente da Universidade Federal da Bahia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8114-0790>. E-mail: bethborges@gmail.com

⁵ Assistente social. Doutora em Sociologia (UFPB). Docente da Universidade Federal da Bahia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0819-7779>. E-mail: adriana.ferriz@ufba.br

⁶ Assistente social. Doutora em Serviço Social (UFPE). Docente da Universidade Estadual da Paraíba. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4518-953X>. E-mail: alesximenes@servidor.uepb.edu.br

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a adoção de uma agenda neoliberal inicia-se e consolida-se nos anos 1990 e provoca o desmonte do conjunto das políticas protetivas construídas e firmadas com a Constituição Federal de 1988. Nesse processo, mediante políticas contrarreformistas, as políticas sociais são configuradas em investimentos rentáveis, a exemplo da saúde e da educação. Essa dinâmica segue aprofundada até os dias atuais, uma vez que o capital não consegue otimizar superlucro em seu processo de (super)acumulação, daí reestrutura-se na busca de novas estratégias de ampliar mais-valor sob a lógica do capitalismo monopolista financeiro rentista.

Como receituário para saída dos ciclos de crises, novos nichos de acumulação do capital foram pactuados entre público e privado à luz da lógica de fortalecimento do rentismo via capital especulativo e agenda neoliberal, especialmente pautada em contrarreformas nas políticas sociais, tendo as mais recentes atingido os direitos trabalhistas e previdenciários, cuja justificativa de austeridade fiscal passa a ser o discurso para afirmar o minimalismo do Estado, por meio de processos de terceirizações, privatizações, ampliação do *superavit* primário, concessões e isenções das taxações de grandes fortunas, implantações de Propostas de Emendas Constitucionais, como as denominadas “PEC da Morte” (241, Câmara, e 55, Senado), aprovada como Emenda Constitucional n.º 95/2016 (Brasil, 2016), que “congelou” os “gastos com Saúde, Educação, Assistência Social, etc., e comprometeu todo o sistema público de proteção social constituído como marco na chamada Constituição Cidadã.

No que se refere à política educacional brasileira, o processo de recomposição do capital centra-se nas definições dos organismos internacionais, algo já manifesto desde a década de 1980, como destacam Macedo e Araújo (2022) ao analisarem a influência dos organismos internacionais na avaliação da educação superior brasileira. Esse não é um dado isolado, pois mesmo os Planos Nacionais de Educação implantados são submetidos a essa lógica e passam pelo descompasso “entre o novo perfil de mão de obra demandado pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho e a formação oferecida nas instituições educacionais” Stampa (2023, p. 37), o que reflete o aprofundamento do projeto neoliberal. A autora destaca que “a arrogância neoliberal retomou a dianteira” (Stampa, 2023, p. 34), num momento em que os extremismos de direita estão em plena atividade e, no Brasil, intensificou-se a partir do golpe jurídico parlamentar de 2016.

À luz da agenda ultraliberal, a educação é redirecionada no alinhamento das diretrizes das agências do capital mundializado como estratégia de recomposição da acumulação. No panorama do atual, vivenciamos no Brasil, particularmente a intensificação de contrarreformas mediante

desfinanciamento das instituições de pesquisa e pós-graduação, subtraindo o papel das agências de fomento, constituindo um grande desafio para a pesquisa e produção do conhecimento, principalmente nas áreas das humanidades.

Esse cenário intensificado nos governos pós-golpe jurídico-parlamentar de 2016 que destituiu a presidenta eleita, evidenciou um crescente subfinanciamento ou, mesmo, um desfinanciamento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil e, neste âmbito, o papel das agências de fomento no decorrer de décadas da implantação da agenda ofensiva do capital tem mostrado um forte apelo à desqualificação da produção do conhecimento, principalmente nas áreas de humanidades, com especial atenção daquelas pesquisas voltadas para a defesa dos direitos humanos e socioambientais.

As áreas das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas foram alvos de ataques intensos no Governo Bolsonaro (2019-2022), e mesmo na atualidade do Governo Lula da Silva (2023-2026) a ofensiva contra a educação persiste. São áreas de conhecimento que, resguardadas suas diferenças, desenvolvem estudos voltados aos interesses da vida social, e, não raro, questionam as contradições inerentes ao modo de produção e reprodução capitalista que, na realidade, superexploram e excluem os/as trabalhadores/as do acesso aos bens e serviços produzidos coletivamente, o que, no horizonte do Serviço Social brasileiro, constitui-se bandeira de luta e princípio destacado na ética profissional e na direção social da formação e do exercício profissionais.

A lógica do desfinanciamento passa também pela falta de recomposição de orçamento para a educação superior, seja por meio do Ministério da Educação, seja pelos órgãos de fomento federais como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ (Capes), seja pela tentativa de desmonte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo. No âmbito das fundações de amparo à pesquisa (FAP), observa-se que ainda não se tem assegurado um percentual mínimo para implementação de uma política estadual de financiamento para pesquisa. Em estudo sobre as fundações da Região Nordeste, Santos, Gonçalves e Lima (2020) destacam que no período de 2014 a 2016 houve redução de indução à pesquisa, principalmente em políticas públicas, embora houvesse editais para a pós-graduação nos nove estados.

Na gestão de Bolsonaro, a falta de dinheiro foi agravada pela retenção de parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Praticamente toda a pesquisa brasileira realizada em empresas, universidades ou instituições de pesquisa é financiada com os recursos dos fundos (CNPq, Capes e FNDCT). Mesmo as instituições de pesquisa vinculadas ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), assim como as Fundações de Amparo à Pesquisa

(FAPs) nos estados, acabam necessitando de recursos adicionais de pesquisa e recorrendo aos editais do FNDCT, bem como as bolsas de pesquisa e formação do CNPq e da Capes.

A desqualificação do ensino superior constitui um aparente fenômeno que camufla as determinações reais dos cortes de recursos para as universidades e instituições de pesquisa, no contexto do ajuste radical das contas públicas e no incentivo à ampliação do ensino privado. Ou seja, há uma articulação entre a questão política e a econômica na direção adotada pelo governo, havendo uma mediação entre a desqualificação, o desfinanciamento e a privatização.

No quadro conjuntural atual, a verba tem sido repassada em etapas com grande morosidade, o que tende a inviabilizar e, ou, traz implicações à condução da pesquisa. Assinalamos que numa proporção da metade do valor a ser repassado foi colocado à disposição para projetos de pesquisa de empresas privadas, por meio da Finep (órgão público vinculado ao MCTI).

Na conformação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), há uma premência pela exigência de impactos sociais decorrentes da pós-graduação, o que leva à percepção de uma formação de recursos humanos, preferencialmente para uma força de trabalho voltada aos interesses das empresas privadas e setores produtivos da economia, e, secundariamente, para a pesquisa e docência, do impacto social e econômico que as pesquisas das áreas das Humanidades trazem para sociedade.

Essas considerações iniciais devem ser observadas quanto à pós-graduação na área de Serviço Social. O Serviço Social brasileiro tem produzido conhecimentos na perspectiva crítica e dialética no âmbito de seus Programas de Pós-Graduação mediante intensa disputas, próprias do processo de conservação da ordem burguesa, sendo aqui destacados dois elementos: o processo de mercantilização do ensino superior de que a Portaria da Capes n. 90 (de 24 de abril de 2019) é expressiva ao dispor sobre a modalidade de educação a distância, o que enuncia a precarização da pós-graduação brasileira, processo este já avançado no ensino de graduação; e, na contracorrente desse processo, a Área de Serviço Social vem mantendo um posicionamento crítico e contrário a essa modalidade ou à modalidade profissional, o que reafirma a defesa de uma formação crítica e a direção social do projeto profissional que defende a categoria.

Essa definição, construída a partir das reuniões com as coordenações de programas de pós-graduação da área, demonstra uma articulação interna que possibilita, por exemplo, que os programas de Serviço Social possam articular entre si propostas que evidenciem, como o artigo aqui propõe, uma alternativa para aproximações entre instituições, a fim de estabelecer caminhos que possibilitem superar os desafios postos de forma a fortalecer a área.

Nesse sentido, o texto aqui apresentado traz reflexões acerca de quatro programas de pós-graduação na área de Serviço Social na Região Nordeste, com implantação a partir da segunda década do século XX, que possuem cursos de mestrado e avaliação com notas 3 e 4 no ciclo 2017/2020 e tem como intuito elucidar a sua trajetória e compreender os impasses e desafios encontrados para o seu funcionamento e permanência na Região Nordeste, numa conjuntura política marcada pelo acirramento das disputas societárias entre diferentes modelos de desenvolvimento, marcada por cenários de contrarreformas e do avanço conservador na economia, na política e na vida social.

Registramos a importância de sua implantação para o incremento da formação de novos pesquisadores e docentes no Nordeste, bem como para o fortalecimento do Serviço Social enquanto área do conhecimento, sintonizado com o projeto ético-político profissional. O referido processo coroa uma trajetória histórica de lutas, resistências, desafios e conquistas, numa conjuntura marcada pela submissão da universidade aos interesses mercantis, com fortes inflexões para a formação profissional do assistente social.

2 EXPANSÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO NORDESTE NA EXPERIÊNCIA DA BAHIA, DE SERGIPE E DA PARAÍBA

A Região Nordeste inicia a pós-graduação em Serviço Social na década de 1970, nas universidades federais da Paraíba (1978) e Pernambuco (1979), e consolida-se em todas as unidades federativas da região na década de 2010: são 12 programas em toda a região, em universidades públicas federais e estaduais, sendo dois na Bahia, um em Sergipe, um em Alagoas, um em Pernambuco, dois na Paraíba, dois no Rio Grande do Norte, um no Maranhão, um no Piauí e um no Ceará, todos acadêmicos e presenciais, tendo seis programas com curso de mestrado (UFBA e UFRB, na Bahia; UFS, em Sergipe; UEPB, na Paraíba; Universidade Estadual do Rio Grande do Norte; Universidade Estadual do Ceará); e seis com cursos de mestrado e doutorado (na Universidade Federal de Alagoas; na Universidade Federal de Pernambuco; na Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Maranhão; e na Universidade Federal do Piauí).

O Documento de Área do Serviço Social da Capes (Capes, 2025) aponta que houve expressivo crescimento na avaliação quadrienal 2017/2020, e indica essa particularidade na Região Nordeste, no sentido de destacar a necessidade de observar as políticas de enfrentamento às

assimetrias regionais, ainda que sob uma conjuntura de forte desfinanciamento da educação superior no país.

O presente texto traz as expectativas, os desafios e as perspectivas a partir da trajetória dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da UFS, UFBA e UEPB e do Programa Política Social e Territórios da UFRB.

2.1 Pós-graduação em serviço social na Universidade Federal de Sergipe: conquistas e desafios para o fortalecimento da área no Nordeste

A implantação da pós-graduação em Serviço Social na UFS remete a um processo meticulosamente estruturado a partir dos anos 2000, por meio de um Programa de Qualificação Institucional (Gonçalves *et al.*, 2023). Desse processo, em articulação com a Universidade de Brasília (UnB) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), e com recursos da Capes, foram qualificadas em titulação de doutorado cinco docentes do Departamento de Serviço Social, um dos grandes desafios a serem superados para a implantação de uma pós-graduação *stricto sensu* na área na instituição.

A submissão da proposta de mestrado à Capes deu-se por meio de associação temporária com a UnB, por meio do Programa de Política Social daquela instituição e envolveu sete docentes da UFS e seis docentes da UnB, que contribuíram durante o período de 2011 a 2015, especificamente na oferta de disciplinas. Esse corpo docente buscou atender aos objetivos do mestrado, quais sejam: contribuir na formação de docentes, de pesquisadores e de assistentes sociais para o enfrentamento da questão social; contribuir para a redução de desigualdades regionais na pesquisa, produção do conhecimento e formação de recursos humanos altamente qualificados; formar profissionais capazes de lidar, de forma crítica, reflexiva e ética, no ensino e na pesquisa, com as diferentes expressões da questão social, que emergem enquanto demandas para a profissão, tendo consciência de sua inserção na divisão social do trabalho e na trama de relações sociais que compõe a sociedade.

O curso de mestrado em Serviço Social da UFS foi instituído em 2011, no bojo da ampliação da pós-graduação na área, após aprovação junto à Capes em reunião do Conselho Técnico-Científico no mês de março, com implantação da primeira turma a partir de agosto. Foram 12 vagas ofertadas e 11 preenchidas na primeira seleção (Gonçalves *et al.*, 2023), todas sob orientação do corpo docente da UFS.

Destaca-se nesse momento inicial um significativo número de pessoas interessadas, a maioria de Sergipe, mas com alcance em outros estados, como Bahia, Alagoas, Ceará e Minas Gerais.

Essa passa a ser uma característica do PROSS/UFS até final da década, quando da implantação dos cursos de mestrado na UFBA e UFRB, duas instituições do estado de onde surgia o maior número de pessoas nas seleções.

O PROSS/UFS possui como área de concentração “Serviço Social e Política Social, e duas linhas de pesquisa: “Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social” (Linha 1) e “Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social” (Linha 2). Até 2024, das 125 dissertações defendidas, 60 foram vinculadas à Linha 1 e 65 à Linha 2. Gonçalves *et al.* (2023) apontam que PROSS/UFS traz entre suas dissertações temas emergentes e temas considerados históricos na área, o que pressupõe que as linhas de pesquisa atendem à realidade que cerca a profissão. Por meio de levantamento acerca dos dez anos do PROSS/UFS, as autoras destacam os seguintes temas/eixos: Fundamentos – Formação Profissional – Projeto Ético-Político – Ética; Educação; Trabalho; Saúde; Gênero – Violência – Exploração; Controle Social – Participação – Gestão de Políticas; Assistência Social; Questão Agrária – Questão Urbana; Meio Ambiente; Previdência; Sócio-jurídico; Produção de conhecimento; Raça/Etnia.

Em 2025, o Programa chegou a 142 dissertações defendidas, com prazo médio de defesa em 27 meses. No tocante ao perfil de egressas e egressos, Santos *et al.* (2023) observaram, em levantamento realizado até o ano de 2020, que 96% eram do gênero feminino, provenientes de universidades públicas, com experiência acadêmica em pesquisa e extensão e com significativa produção bibliográfica em eventos científicos (apresentação e publicação). Esse perfil tem sido fundamental para o fortalecimento do PROSS/UFS e permite ao programa desenvolver estratégias para a sua consolidação e enfrentar os desafios que se presentificam no cenário de ameaças contínuas à pós-graduação no país.

A manutenção do mestrado, numa conjuntura adversa, conforme sinalizado no texto introdutório, passa por definições políticas internas na UFS, mas também pelo comprometimento do coletivo de docentes a ele diretamente vinculados desde a elaboração da proposta. Se inicialmente o curso possuía sete docentes permanentes, a partir de 2015, com o término da associação temporária com a UnB, o corpo docente atinge o patamar mínimo definido pela área de Serviço Social e chega a 2025 com 14 docentes, sendo 12 permanentes e duas docentes colaboradoras.

Destaque-se que o corpo docente congrega pessoas com formação em Serviço Social, Psicologia e Direito, com mestrado e doutorado em diversas áreas do conhecimento, o que permite um perfil que tem alcançado as demandas de pesquisa sobre vários objetos: Serviço Social, Educação, Sociologia, Geografia, Direito, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Saúde Coletiva e conta com docentes convidados de outras áreas, com oferta de disciplina optativa.

A participação de consultoras, a partir do encerramento da associação temporária com a UnB, trouxe elementos para fortalecer o programa, dentre os quais: redefinição da estrutura curricular, ampliação dos grupos de pesquisa, ampliação da produção bibliográfica e técnica, submissão de projetos em editais para consolidação do programa, dentre outros. Essas estratégias levaram ao aumento da nota do PROSS/UFS na avaliação quadrienal 2017/2020.

Outras estratégias podem ser evidenciadas: realização de planejamento estratégico, seminários de autoavaliação, encontros de egressas e egressos, definição de prioridade de bolsas para discentes cotistas, articulação interna com outros programas da UFS para ações ou projetos conjuntos (Programa Abdias Nascimento – vagas para mestrado sanduíche; edital para professor visitante). Além dessas estratégias, foi fundamental a submissão de projetos junto a agências de fomento estadual (Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do estado de Sergipe) e federal (Capes, CNPq), o que possibilitou ampliar a produção bibliográfica e técnica decorrente das pesquisas, bem como permitiu a produção de 18 coletâneas entre 2015 e 2024, com recursos de editais de financiamento para a consolidação da pós-graduação.

Se essas estratégias se configuram conquistas plausíveis na consolidação do PROSS/UFS, não se pode perder de vista que os desafios ainda persistem: no âmbito institucional, as condições de trabalho não são favoráveis, com carga horária extensa para docentes da graduação e pós-graduação, a incerteza de financiamento de pesquisas e, conseqüentemente, da produção de conhecimento; a redução de bolsas e recursos para a pós-graduação, que impacta diretamente no desenvolvimento das atividades nesse nível de formação, dentre outros aspectos.

Pode-se considerar, ainda, que dentre os caminhos do PROSS/UFS, o processo de autoavaliação tende a fortalecer o programa na Região Nordeste, permitindo potencializar, junto aos demais programas da área, o reconhecimento da força política e da qualidade que pós-graduação em Serviço Social enseja. Silva *et al.* (2023) defendem a autoavaliação como espaço de autonomia, mas uma autonomia relativa no projeto de educação hegemônico do capital, mas na realidade da UFS tem-se a pretensão de incidir de forma direta no Plano de Desenvolvimento Institucional, de forma a garantir superar os limites impostos às humanidades, e que, na particularidade do PROSS/UFS, induza a um processo de amadurecimento de pesquisadoras na corresponsabilização, colaboração e engajamento na qualidade da formação pós-graduada. A guinada pode ser dada também nesse enfrentamento.

Com base num contexto marcado por tensões e contradições amplificado por retrocessos que incidem sobre o conjunto das políticas públicas, e neste caso, a política de educação superior, torna-se central a defesa de uma agenda de lutas contínuas. Nesse âmbito ao trazermos os aspectos da realidade particular do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de

Sergipe (PROSS-UFS), buscamos destacar sua condição de espaço que intenta fortalecer a área na Região Nordeste, e a articulação com demais programas é um caminho que pode levar ao enfrentamento, de forma coletiva, a esses retrocessos.

2.2 A experiência da pós-graduação em serviço social na Universidade Federal da Bahia

Entramos nos anos 2000 perdendo terreno para o capitalismo neoliberal, tendo que enfrentar novos desafios e dilemas, com a classe trabalhadora tendo seus instrumentos de luta fragilizados. É quando se amplia a formação em unidades de ensino privadas e a implantação da graduação na modalidade de Ensino à Distância (EAD), num processo de muitos embates com o Ministério da Educação (Brasil, 2006) e com empresas privadas de ensino, ameaças concretas ao projeto profissional de base crítica. No enfrentamento, a estratégia coordenada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é lutar por implantação de cursos em universidades públicas e, nessas, implantar cursos de pós-graduação, de modo a produzir conhecimento crítico.

Aqui, apresentamos a experiência de criação e consolidação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFBA, com o objetivo de buscar a articulação com outros programas da área, neste tempo de desafios para a expansão de cursos na região Nordeste, como espaço de formação acadêmica e profissional, que responda a demandas sociais, sem perder a direção hegemônica do Serviço Social no Brasil, considerando a contribuição da área à qualificação da Educação Superior. Importante ter na contextualização do surgimento e consolidação do PPGSS/UFBA os elementos que definiram nossa área de concentração, denominada “Serviço Social, Trabalho e Diversidade Humana”, com a organização de componentes curriculares e atividades de pesquisa expressos nas Linhas: Questão Social e Diversidade Humana; Teoria Social, Trabalho e Serviço Social.

O Mestrado foi aprovado na CAPES em 2018 e com o primeiro Edital nº. 01/2018 do PPGSS abriu-se o primeiro processo seletivo, permitindo o início do curso no semestre letivo de 2019 e desde então, estão em desenvolvimento oito grupos que estudam vários temas e modalidades de pesquisas de docentes e discentes, apontando novos questionamentos e balizamentos teórico-metodológicos, alimentando o debate crítico sobre a incorporação de epistemologias que apontam uma *práxis* revolucionária.

A introdução da transversalidade das questões étnico-raciais (Brasil, 2003; 2008) e de gênero na formação, ainda na graduação (UFBA, 2023) e estendendo-se ao mestrado, é uma iniciativa inovadora e atenta à realidade brasileira e, notadamente, à população baiana, nos termos

apresentados no projeto pedagógico do curso de mestrado (UFBA, 2018), um dos elos principais da organicidade com o curso de graduação. Estando na UFBA, uma universidade de grande porte, que prima pela excelência acadêmica e compromisso social, o PPGSS também reafirma os propósitos centrais do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) e responde aos objetivos de expansão e qualificação da pós-graduação *stricto sensu* na instituição, buscando fomentar a produção e socialização do conhecimento produzido na área do Serviço Social.

Em seis anos de existência o curso de mestrado vem num crescendo, ainda que atravessado por dois anos da pandemia da Covid-19, o que repercutiu na produção acadêmica. No quadriênio 2021-2024 foram defendidas 31 dissertações e em 2025, 16 discentes já defenderam suas dissertações até o momento. A experiência da avaliação quadrienal da CAPES foi bastante significativa, por permitir o balanço geral do funcionamento do programa, aprendizados com as articulações com demais coordenações em todo o Brasil, na relação com a ABEPSS e com a coordenação da área do Serviço Social na CAPES.

No conjunto, as pesquisas de docentes e discentes discutem as dominações de classe social, opressões derivadas de preconceitos relacionados a marcadores como "raça" e etnia, diversidades de gerações e de formas de viver a sexualidade. São também investigados os impactos das dinâmicas capitalistas contemporâneas sobre as condições de vida de indivíduos e coletividades, com enfoque em resistências e rebeldias frente às opressões e dominações. Essas investigações tratam de temas como: as condições de trabalho, as lutas dos trabalhadores, a organização sindical, além de aspectos relacionados ao Estado, como as políticas de saúde, assistência social e educação. E ainda, pesquisas que se ocupam de compreender as transformações no mundo do trabalho e suas interfaces com a formação e trabalho profissional no âmbito do Serviço Social.

A estrutura curricular não é extensa, comporta três componentes curriculares obrigatórios: i) Trabalho, Questão Social e Serviço Social no Capitalismo; ii) Capitalismo e Diversidade Humana; iii) Metodologia da Pesquisa; e mais alguns optativos, que visam atender às particularidades das linhas e aos conteúdos transversais, organizadas a partir das pesquisas. A composição do quadro docente comporta permanentes (14), colaboradores (04) e visitantes (02), com formação em Serviço Social (70%), Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Educação e Direito (UFBA, 2018). Também há interlocução com outros programas de pós-graduação de outras áreas da UFBA, para a oferta compartilhada de componentes curriculares e com programas de pós-graduação em Serviço Social de outras instituições brasileiras e estrangeiras.

As dissertações defendidas estão em consonância com os temas das linhas de pesquisa, com destaque para a discussão étnico-racial, que aparece em vários dos temas associados a outros

recortes e transversais ao trabalho profissional, às políticas sociais e violências em geral, sobretudo com as mulheres como vítimas; sobre a saúde do (a) trabalhador (a) e saúde mental, ações afirmativas e assistência estudantil, Assistência Social, Educação, Informação, Virtualidade, Família e Segurança pública.

Neste momento, a crise é de crescimento, com os desafios do tempo presente, quando novas perguntas se fazem iminentes. Nenhuma área de conhecimento pode ignorar os debates atuais sobre o meio ambiente e a crise climática; sobre as condições de vida em cidades contaminadas pelas violências, institucionais e domésticas, com aumento significativo de feminicídios, de mortes de jovens destruídos pelo tráfico e uso de drogas ilícitas, inclusive pelos enfrentamentos com as forças policiais; das formas de trabalho informais, que mais revelam estatísticas de desemprego e esgotamento da proteção trabalhista; das inseguranças quanto a adoecimentos causados pela super exploração do trabalho, com manifestações como *burnout*, depressões, ansiedades, dependência química; de consequências quanto à alimentação que desnutre ou desequilibra a saúde; e mais, o significado do uso indiscriminado de inteligência artificial; das guerras imperialistas que destroem povos e sonhos, presentes também em nossa sociedade como inseguranças derivadas de práticas autoritárias dos países que nos dominam historicamente. Esses são fenômenos a serem apreendidos na perspectiva de totalidade e só compreensíveis no conjunto das relações sociais capitalistas.

Chegamos até aqui na batalha por condições de trabalho e de estudos, enfrentando a busca de recursos para pesquisas e para assegurar a infraestrutura e manutenção de espaços físicos e acadêmicos adequados e para crescer e ampliar nossa produção científica, envolver estudantes e formar pesquisadores(as). Mas é preciso somar forças, conjugar estratégias, como pesquisas integradas em redes, criação de grupos de estudo articulados entre nós e a proposição de projetos coletivos, com referenciais da teoria social crítica.

O Brasil precisa ser decifrado, resgatando o pensamento de seus próprios intelectuais negros, indígenas, mulheres. Que a nossa permanência na Universidade ganhe sentido na resistência à sua elitização e à despolitização da sociedade, à criminalização da juventude, sobretudo de mulheres, negros e população LGBTQIAPN+, às ameaças aos direitos sociais e conquistas trabalhistas.

A ordem capitalista nos impõe desafios teórico-práticos e a profissão tem que dar um novo salto, por isso a nossa formação precisa ser de qualidade, de excelência técnica-ético-política, e para tal, o estudo e a reflexão são fundamentais para a nossa criatividade e inteligência, na direção de expor a faceta cruel do capitalismo, denunciar atos de barbárie, alargar as bases democráticas de nossa atuação profissional, atentas à dinâmica societária, com capacidade de fazer leituras críticas e de

abertura à reposição cotidiana das lutas dos sujeitos pelo alargamento e realização de direitos humanos e da condição de humanidade.

2.3 Desafios e estratégias da pós-graduação em serviço social no recôncavo da Bahia

Segundo Silva e Carvalho (2007, p.197), a pós-graduação no Brasil tem um avanço significativo “na década de 1970, impulsionada por professores motivados pelo ideal de desenvolver a vida acadêmica e a produção científica, com pesquisa qualificada” no bojo do processo de renovação do Serviço Social. Registra-se ainda que a década de 1980 foi importante para assegurar a inserção de pesquisadores do Serviço Social nas agências de fomento brasileiras, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E se destaca a vinculação dos Programas aos melhores patamares de avaliação da Capes em decorrência da maturidade acadêmica, tendo em vista a ampliação da pesquisa e a produção do conhecimento, que traz “[...] densidade e aferindo *expertise* à área” (Mendes; Santos; Werlang, 2017, p. 168).

A partir dos anos de 1990 registra-se um crescimento considerável da pós-graduação. Contudo, é um crescimento regionalmente concentrado, com destaque para as regiões Sul e Sudeste do país, o que reforça um desequilíbrio regional do investimento público em ensino, pesquisa e extensão e aprofunda as desigualdades de acesso a tais investimentos pelos programas situados no Nordeste e, também, no Norte do Brasil. O Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios (POSTERR), criado em 2018 no interior da Bahia, na cidade de Cachoeira, integra a área 32, e, ao longo da sua trajetória, tem buscado consolidar-se como Programa no contexto exponencial de resistência da pós-graduação, frente ao recrudescimento e contingenciamento de recursos públicos para as universidades federais.

Entende-se esse surgimento, ainda, em articulação com os desafios da Educação Superior, sendo atravessada pelas contradições da expansão do ensino no contexto da Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRB, a pós-graduação tem como missão expressa: “Formar cidadãos criativos, empreendedores e inovadores, contribuindo para o desenvolvimento social, tecnológico e sustentável, promovendo a inclusão e valorizando as culturas locais” (UFRB, 2019, p. 17).

É importante salientar que Programa iniciou a sua trajetória com dez professores, sendo oito permanentes e dois colaboradores. E, a partir de 2022, ampliou o seu quadro de docentes, com

abertura de editais de credenciamentos de docentes permanentes, colaboradores e visitante. Atualmente, o Programa conta com treze docentes permanentes, dois colaboradores e um Visitante. Destes professores, seis pertencem à área de Trabalho, Direito e Serviço Social e sete à área de Políticas Sociais e Territórios. É importante salientar a entrada do professor visitante, no ano de 2023, por meio de edital, o que possibilitou a adensar as reflexões sobre Territórios e contribuir para o processo organizativo do curso. Assim como o convênio firmado com a CAPES, que possibilitou a entrada de dois pós-doutorandos.

Nesses sete anos de funcionamento do programa, destaca-se a entrada de 93 alunos, sendo: 10 discentes em 2019; 12 discentes em 2020; 12 discentes em 2021; 20 discentes em 2022; 15 discentes em 2023; 12 discentes em 2024; e 12 discentes em 2025. Destes, destacamos que tivemos 30 defesas, 11 alunos em situação de abandono/desligados e 14 com agendamentos de defesa para 2025 e 38 alunos com previsão para o ano de 2026.

Cabe salientar que no processo de avaliação da Quadrienal CAPES, de 2020, o Programa deliberou pela ampliação de vagas para o seu processo seletivo, considerando a pertinência do Programa. Entretanto, no processo de avaliação da quadrienal (2021/2024), deliberou-se pela redução estratégica deste número de vagas, em face dos desafios postos com o contexto pandêmico (Sars-Cov-19) e surgimento de novas questões administrativas para serem gerenciadas. Tal decisão foi balizada pelo processo de retenção dos discentes e, conseqüentemente, pela concentração de orientandos nas linhas de pesquisa. Logo, foi necessário adotar estratégias para equalizar o processo de entrada de novos discentes com a distribuição dos docentes.

Ademais, convém demarcar que um dos grandes desafios tem sido o processo de concentração de orientandos por linhas e docentes, nessa direção, o Programa tem buscado priorizar a distribuição de orientadores e orientandos, priorizando a distribuição por linhas de pesquisa e quantidade de docentes, no sentido de assegurar a retomada do equilíbrio das orientações e das linhas de pesquisa. Com isso, destaca-se que a distribuição das orientações segue o critério da afinidade entre o objeto das pesquisas apresentados nos projetos aprovados dos discentes com as linhas, áreas de pesquisa e produção dos docentes.

Com relação à integralização, registra-se que os impactos decorrentes da Pandemia afetaram consideravelmente o processo de integralização dos mestrands nos prazos regimentais de 24 a 36 meses. Especialmente nas turmas de 2020 a 2021, que vivenciaram o auge deste período pandêmico e tiveram que lidar com uma nova dinâmica, marcada pela suspensão das aulas presenciais e pela adoção do ensino remoto (Brasil, 2020), com o uso das ferramentas tecnológicas, basicamente do *Google Meet*.

A esse respeito, destaca-se que a adoção do Ensino Remoto em caráter emergencial se constitui uma alternativa utilizada pelos programas no Brasil para enfrentar o cenário pandêmico, em consonância com as resoluções do Ministério de Educação e Cultura (Brasil, 2020). Ademais, esse tipo de ferramenta contou com as orientações acadêmicas das entidades formativas do Serviço Social, tais como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS, 2021) e do conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), as quais aprovaram o ensino emergencial.

Importante registrar que nos últimos anos, e especialmente, no cenário pandêmico, houve um corte significativo de recursos financeiros para o sistema educacional e políticas de ensino superior em todos os níveis, o qual pode afetar os processos de permanência dos discentes nos programas.

Diante das questões, registra-se que o processo de consolidação do Programa é permeado por avanços, desafios e dilemas. Em termos de avanço, demarca-se a ampliação das políticas afirmativas na Universidade, que reverberaram positivamente no acesso e na construção de um perfil do alunado marcado pela diversidade refletida nas diferentes determinações sociais e étnico-raciais. Neste sentido, destacamos a presença majoritária de mulheres, negros e trabalhadores integrando o corpo discente do POSTERR. Sobre os desafios, registram-se os processos de retenção e os baixos índices de diplomação, os quais traduzem problemas associados à permanência real de alunos trabalhadores e à necessidade de ampliação de financiamento público, através de bolsas, para estes alunos.

2.4 A inserção social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba

É consensual que no Brasil o surgimento do Serviço Social ocorre nos anos 1930, institucionalizando-se na década de 1940. Apenas nos anos 1970 surgem os primeiros cursos de pós-graduação, oficialmente implantados na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 1972, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1976, e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) em 1977. No Nordeste, em 1978 e 1979, surgem, respectivamente, os mestrados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), trazendo novas possibilidades de titulação numa região geograficamente distante dos centros de pós-graduação até então existentes (Kameyama, 1998).

A criação da pós-graduação em Serviço Social significou a dinamização da pesquisa e a aquisição de um acervo cultural que consolidou a teorização profissional e promoveu a sua visibilidade acadêmica. A partir daí, desenvolveu-se a pesquisa sobre a natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua história e sobre a realidade social, política, econômica e cultural onde se insere, adquirindo o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e a visibilidade na interlocução com as Ciências Sociais (Yazbek, 2000).

Na Paraíba, particularmente na UEPB, a iniciativa de criação de uma pós-graduação *stricto sensu* sempre fez parte das preocupações do Departamento de Serviço Social, que remontam aos anos 1990, com o objetivo de fortalecer uma formação profissional de qualidade alinhada com o projeto ético-político da profissão e de qualificar novos quadros docentes (Santiago *et al.*, 2014).

Em 2011 foi encaminhada à Capes uma proposta de criação de um mestrado acadêmico, que consolidou as possibilidades e viabilidades de implantação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na UEPB em 2012, coroando um processo de lutas e conquistas do Serviço Social da UEPB, implicando o fortalecimento da área de conhecimento (Santiago *et al.*, 2014). Tem como objetivos qualificar pessoal para o exercício da pesquisa e para o exercício da docência do ensino superior em Serviço Social e áreas afins; fomentar docentes e pesquisadores que atendam qualitativa e quantitativamente à expansão da interiorização do ensino em Serviço Social na região nordeste e particularmente na Paraíba; preparar pesquisadores que desenvolvam conhecimentos relativos à realidade social que possam contribuir para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas sociais, tanto em órgãos públicos como privados.

O PPGSS/UEPB possui área de concentração em “Serviço Social, questão social e direitos sociais”, que é o eixo central/norteador do programa, fundamentado numa perspectiva de análise que tem como referências estudos e pesquisas sobre o Serviço Social, inseridos nas complexas relações entre Estado e sociedade na sociabilidade capitalista. No que se refere ao potencial do PPGSS/UEPB, identifica-se a contribuição no fortalecimento da interiorização do ensino de Serviço Social na região Nordeste, particularmente na Paraíba, produzindo conhecimentos relativos à realidade social e às exigências de intervenção nesta, formando docentes, pesquisadores e especialistas com competências para contribuir na formulação, implementação, monitoramento, avaliação e execução das políticas sociais e, por meio destas, atender às áreas prioritárias de desenvolvimento do estado da Paraíba.

Até 2025 foram defendidas 118 dissertações, cujas temáticas estão em consonância com a agenda de pesquisa e estudos do serviço social. Os temas mais recorrentes nesse período, são os seguintes: 1) Serviço Social: formação profissional (ensino à distância, estágio curricular obrigatório, estágio supervisionado, produção do conhecimento), trabalho da/o assistente social nas políticas sociais, as configurações do trabalho, reestruturação produtiva, contrarreforma do trabalho, interiorização do serviço social, entre outros; 2) Questão Social e Política Social: crise capitalista, ajuste fiscal e fundo público, EC-95, Novo Regime Fiscal e seguridade social, neoliberalismo, ultraneoliberalismo, questão social, contrarreforma da saúde, centralidade da família na política de saúde mental, contrarreforma da atenção primária à saúde, HIV/AIDS, política habitacional, política de assistência social (BPC, financiamento da assistência social nos municípios, Programa Auxílio Brasil e Programa Bolsa Família), assistência estudantil, infância e juventude, entre outros; 3) Gênero, Diversidade e Poder: violência de gênero, geração, envelhecimento e juventude), sexualidade, LGBTQIAPN+, gênero e família, feminismo, transexualidade e transnecropolítica, entre outros. (UEPB, 2020)

A área de Serviço Social na Capes entende como inserção social os processos de produção de conhecimento crítico sobre as expressões da questão social e da formação de recursos humanos qualificados para formulação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas, na defesa de direitos e do fortalecimento das lutas sociais, contribuindo para o desenvolvimento microrregional, regional e/ou nacional, respeitando a particularidade da realidade regional que interfere nas desigualdades sociais (Capes, 2019).

No PPGSS/UEPB, a inserção social assume relevância frente às expressões da questão social do Nordeste, particularmente no estado da Paraíba, contribuindo com a formação de recursos humanos qualificados para a produção do conhecimento, para a docência e para a atuação nas políticas sociais e assessorias aos movimentos sociais, dentre outros. No programa, a inserção social assume uma relevância frente às expressões da questão social no Nordeste, particularmente no estado da Paraíba. No período 2021 a 2024, as iniciativas de inserção social foram intensificadas. Destacam-se os principais projetos desenvolvidos pelo PPGSS/UEPB:

1) “Brasil em tela”, projeto de extensão aprovado nas cotas 2023-2024 e 2024-2025 do Programa de Bolsas de Extensão (Probex) da UEPB, que visa proporcionar a estudantes de Ensino Médio da Rede de Educação Pública em Campina Grande e a estudantes extensionistas da UEPB, a oportunidade de, especialmente através de produções cinematográficas nacionais consagradas pela crítica nacional e internacional, se apropriarem de conteúdos socio-históricos sobre a nossa formação socioeconômica, a Questão Social brasileira e as violências contra as minorias sociais.

2) “Educação permanente para os(as) assistentes sociais atuantes na área da saúde no contexto da pandemia e pós-pandemia da covid-19 na Paraíba”, projeto de extensão de iniciativa do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social da Paraíba (CRESS/PB) que teve como objetivo realizar ações de educação permanentes no que se refere às atribuições, competências e respostas profissionais para os(as) assistentes sociais que atuam nos serviços de saúde na mesorregião do Agreste do estado da Paraíba, no contexto da pandemia e pós-pandemia da Covid-19.

3) “Neoliberalismo e criminalização da pobreza: implicações na proteção social à infância e adolescência no Brasil”, que teve como objetivo estimular alunos do curso de Serviço Social e profissionais da Rede de Atendimento a criança e o adolescente de Campina Grande a desenvolver projetos de pesquisa e/ou ações interventivas na área da infância e adolescência visando a municiar a Rede de Proteção Social para uma intervenção qualificada nos seus espaços institucionais, a fim de contribuir com o sistema de garantia de direitos num cenário de grandes adversidades que se faz implicar no âmbito da economia, da política e da cultura.

A criação do PPGSS/UEPB representou uma conquista importante para a UEPB e particularmente para o Departamento de Serviço Social da UEPB, potencializando uma formação crítica dos profissionais de Serviço Social e áreas afins, que contribui para a formação de profissionais qualificados, atendendo à demanda pela interiorização de ensino superior e de atuação nas políticas sociais, frente à conjuntura de ataques ao ensino superior e à pós-graduação no Brasil. As atividades de extensão aqui apresentadas mostram um caminho que se consolida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos vivendo no tempo de acirramento de disputas de projetos societários, em que a barbárie e esgarçamento do tecido social é a realidade a ser encarada; estão presentes na sociedade as ideias e atitudes conservadoras e a nossa preocupação é decifrar como elas inundam o universo do trabalho profissional; neste terreno, fertiliza nossa produção intelectual e científica, pois os cursos de serviço social devem decifrar e pisar com as ferramentas do conhecimento crítico, para compreender o novo estágio do desenvolvimento do capitalismo, que anuncia uma nova racionalidade de acumulação e controle. Este lado sombrio tem seu solo na história e se reencontra com as exigências do capital no século XXI, sob a hegemonia do capital financeiro globalizado.

É incontestável que a ampliação dos programas de Serviço Social toma uma direção de colisão com as determinações político-econômicas que situam a educação superior mercantilizada e subfinanciada na lógica ultraliberal em voga no país. Importa destacar que as pesquisas desenvolvidas pelas Ciências Humanas que adentram as condições socioeconômicas da vida cotidiana das pessoas em suas várias expressões são objetos de estudos pouco valorizada e, portanto, não há interesses no financiamento. Assim, os diversos programas de Pós-graduação em Serviço Social são alvos dessa agenda de política e caminham na direção ético e político em favor dessas áreas na produção de conhecimento e intervenção sobre a realidade.

Na conjuntura de contrarreforma do Estado brasileiro, agravada pelos governos Temer e Bolsonaro, as políticas de educação e ciência e tecnologia têm sofrido inflexões significativas, tanto no que se refere à direção quanto ao financiamento, o que ainda não foi superado no atual governo federal. Desse modo, há redução de recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap), redução do número de bolsas para os PPGSSs, principalmente os de conceitos 3 e 4, mudanças nos critérios de concessão de bolsas, reformulações nos critérios de avaliação dos programas pela Capes, além da ameaça dos programas com conceito 3 serem extintos ou fundidos com outros. Tais medidas vão na contramão da realização da pesquisa e do desenvolvimento regional, uma vez que a existência da pós-graduação, principalmente nas regiões Nordeste e Norte, é fundamental para o desenvolvimento social e regional.

Apesar dos avanços que, particularmente, obtivemos ao longo dos anos, ainda enfrentamos desafios para a consolidação dos Programas, que enfrentam uma conjuntura neoliberal marcada pelo contingenciamento de recursos públicos para as universidades federais que implica a precarização das condições de vida e trabalho tanto dos docentes quanto dos discentes. Nosso conhecimento tem vinculações com as demandas sociais, sobretudo, porque nos interessa um desenvolvimento voltado às necessidades da classe trabalhadora. Queremos uma outra ordem societária, nossa produção científica tem compromisso com o humanismo crítico, não abstrato, tem história e valores emancipatórios. É nessa direção que intentamos avançar.

Os programas aqui representados entendem que, a partir do conhecimento das suas potencialidades e caminhos percorridos, podem voltar-se para a construção da perspectiva anticapitalista, antirracista, anticapacitista, antissexista e anticolonialista; compreendem, ainda, ser imprescindível encarar debates sobre as perspectivas teóricas em voga, aprofundando as leituras sobre as temáticas contemporâneas, que nos exige espírito de investigação, bem como, articulação de pesquisas e atividades acadêmicas. O conhecimento no Serviço Social não se desvincula das lutas pela proteção à vida, à dignidade humana e justiça social. Seguimos na defesa de nosso trabalho

profissional, contra os desmontes de direitos e de serviços. Nesta arena, toda forma de lutar vale a pena, parafraseando Fernando Pessoa.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **A formação em serviço social e o ensino remoto emergencial**. Brasília, maio de 2021. Disponível em https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf. Acesso em: 20 maio 2026.
- BRASIL. **Lei nº. 10.639**. Diretrizes para educação das relações étnico-raciais. 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília, 2006.
- BRASIL. **Lei nº. 11.645**. Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana. 2008.
- BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Portal da Legislação. Brasília, DF, 2016. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em 12 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus. Brasília, 2020.
- CAPES. **Documento de Área 2013/ Serviço Social**. Brasília, 2013.
- CAPES. **Documento de área: Área 32: Serviço Social**. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/DOC_SERVICO_SOCIAL_01_11.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.
- CAPES. **Documento de área**. Serviço Social. Área 32, 2025. Disponível em https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/copy_of_SERVSOCIAL_DOCAREA_2025_2028.pdf. Acesso em 12 set. 2025.
- GONÇALVES, M. C. V.; SALES, A. C. R.; PRUDÊNCIO, W. T. L.; OLIVEIRA, C. S. S. Produção de conhecimento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe: análise de uma década. In: SANTOS, V. N.; GONÇALVES, M. C.; SILVA, N. F. **Pesquisa e pós-graduação em serviço social: questões em evidência**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2023, p. 193-213. Disponível em <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2023/11/ebook-servico-social.pdf>. Acesso em 12 set. 2025.
- KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). **Cadernos Abess**, São Paulo, n. 8, p. 33-76, 1998.
- MACEDO, M. N.; ARAÚJO, M. A. D. A influência dos organismos internacionais na avaliação da educação superior brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ZLmqWfbLPjKXrR6XstVvNCS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2025.

MENDES, J. M. R.; SANTOS, A. M.; WERLANG, R. Pós-graduação em serviço social no Brasil: há uma pedra no caminho. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, maio/ago./2017, p. 165-174. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592017v20n2p175>. Acesso em: 08 set. 2025.

SANTIAGO, I. M. F. L.; PEREIRA, J. D.; LOPES, M. A. S.; NÓBREGA, M. B. A pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba e os desafios de sua implantação no contexto de mercantilização do ensino superior. In: FERRIZ, A. F. P.; PATRIOTA, L. M.; SILVEIRA, S. A. S. (orgs.). **O curso de serviço social da UEPB: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica**. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 133-170.

SANTOS, V. N.; GONÇALVES, M. C. V.; SILVA, N. L. Desenvolvimento de pesquisas no Nordeste e a importância das Fundações de Amparo (2014-2016). **Serviço Social e Sociedade**, n. 139, p. 561/572, set./dez/2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/LmwV8QSTcGGJxzm7KPHhqq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 set. 2025.

SANTOS, V. N.; SANTOS, K. P.; ROCHA, R. S.; OLIVEIRA, N. G.; MACIEL, R. S. Contribuições de pessoas egressas na consolidação da pós-graduação: aproximações à experiência no PROSS/UFS. In: SANTOS, V. N.; GONÇALVES, M. C.; SILVA, N. F. **Pesquisa e pós-graduação em serviço social: questões em evidência**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2023, p. 213-237. Disponível em <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2023/11/ebook-servico-social.pdf>. Acesso em 12 set. 2025.

SILVA M. O. da S.; CARVALHO, D. B. B. de. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, dez./2007, p. 192-216.

SILVA, N. F.; NUNES, C. A. S.; OLIVEIRA, C. N.; TAVARES, J. B. Autoavaliação, componente da avaliação da Capes: desafios à autoavaliação da pós-graduação em serviço social da Universidade Federal de Sergipe. In: SANTOS, V. N.; GONÇALVES, M. C.; SILVA, N. F. **Pesquisa e pós-graduação em serviço social: questões em evidência**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2023, p. 238-262. Disponível em <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2023/11/ebook-servico-social.pdf>. Acesso em 12 set. 2025.

STAMPA, I. Desafios para o serviço social em contexto da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. In: SANTOS, V. N.; GONÇALVES, M. C.; SILVA, N. F. **Pesquisa e pós-graduação em serviço social: questões em evidência**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2023, pp. 32-54. Disponível em <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2023/11/ebook-servico-social.pdf>. Acesso em 12 set. 2025.

UEPB (Universidade Estadual da Paraíba). PPGSS (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). **Temas das dissertações defendidas no PPGSS/UEPB (2015-2025)**. Campina Grande: PPGSS, 2020. Disponível em: <http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgss/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

UFBA. **Projeto político-pedagógico do curso de graduação em serviço social**. Disponível em https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/ppc_servico_social_2023.1_e_anexos-1_0.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

UFBA. **Matriz curricular do curso de pós-graduação em serviço social**. 2018.

UFRB. **Plano de desenvolvimento institucional** (2019/2030), 2019. Disponível em <https://www.ufrb.edu.br/proplan/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em 20 maio 2026.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. *In*: **Capacitação em serviço social e política social**: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: Cfess, Abepss, UnB, Cead, 2000. Módulo 4, p. 19-33.